

ECONOMIA SOLIDÁRIA E A NOVA SOCIOLOGIA ECONÔMICA

Leandro Klineyder Gomes de Freitas*

RESUMO

O presente trabalho faz uma discussão entre a Economia Solidária, enquanto políticas públicas de geração de trabalho e renda, e a Nova Sociologia Econômica enquanto abordagem teórica na compreensão dos fenômenos sociais. Buscamos compreender as contribuições acadêmicas e políticas de ambas. A discussão se justifica, tendo em vista, que ambas as abordagens não se limitam a ver apenas o viés econômico, mas principalmente, procurando ver outros ângulos, que por muito tempo foram marginalizados na academia, como relações de confiança, redes sociais, capital social, solidariedade. Neste ensaio procuraremos estabelecer suas origens históricas, seus princípios, comparações e contribuições teóricas na análise e implementação de políticas públicas de geração de emprego e renda.

Palavras-chave: Economia Solidária – Nova Sociologia Econômica – Políticas Públicas.

* Sociólogo. Prof. Ms. do Depto. de Métodos, Técnicas e Orientação da Educação da Universidade Federal do Pará (UFPA).

INTRODUÇÃO

A idéia de fazer esse texto partiu, inicialmente, do meu envolvimento com a temática sobre Economia Solidária, mais especificamente programas de microcrédito. Essa discussão iniciou-se com a pesquisa da minha dissertação de mestrado defendida no Programa de Ciências Sociais da UFRN em 2002. Desta forma, venho estudando programas de microcrédito, baseados na concepção de desenvolvimento humano de Muhammad Yunus (2000) enquanto políticas públicas de geração de trabalho e renda como pertencentes e inseridos na lógica da Economia Solidária.

Posteriormente, assistindo as aulas do Prof. Edmilson Lopes Jr., (no mestrado) especificamente, sobre a Nova Sociologia Econômica (NSE), pude perceber alguns pontos em comum e que me chamaram muito a atenção, na medida em que pude utilizar esse referencial teórico na análise desse objeto de estudo, pois como constatei nas aulas e em minhas leituras, percebi o quanto a abordagem da NSE é abrangente, perspicaz e muito lúcida a análise que faz da esfera econômica na sociedade, não se limitando a ver apenas o viés econômico, mas principalmente, procurando ver outros ângulos, que por muito tempo foram marginalizados na academia.

Desse modo, o presente trabalho visa relacionar a Nova Sociologia Econômica (NSE) com a discussão sobre Economia Solidária, por acharmos que existem várias semelhanças entre ambas. Não só quanto ao seu caráter inovador como também ao seu conteúdo crítico.

É interessante observar que ambas surgem como contestação do atual paradigma econômico dominante, na qual o mercado capitalista é o centro de tudo; Estado e sociedade são tratados como instrumentos a serviço dos interesses do grande capital que busca de qualquer maneira o máximo lucro. A Nova Sociologia Econômica surge, principalmente, no campo acadêmico, enquanto a Economia Solidária surge, inicialmente, na esfera política, porém, atualmente, esta última vem sendo desenvolvida tanto na esfera política quanto nos meios acadêmicos de vários países.

Cabe alertar o leitor que o presente texto, constitui-se como um pequeno ensaio introdutório sobre o tema, que visa, sobretudo, fazer uma reflexão o mesmo. Assim, o texto será organizado da seguinte maneira: na primeira parte faremos um apanhado histórico sobre a Economia Solidária, e sobre a Nova Sociologia Econômica.

Na segunda parte, estabeleceremos as principais características de ambas, tendo intuito de fazer algumas comparações para identificar suas semelhanças e diferenças, também enfocaremos as principais contribuições teóricas e políticas de ambas, bem como seu caráter inovador e crítico. E em seguida concluiremos demonstrando a importância de se adotar essas novas abordagens teóricas, bem como sua relevância do ponto de vista político para repensá-lo e, porque não, possibilitar a construção de um mundo mais justo, solidário, em que a esfera econômica e o mercado sejam apenas meio para a garantia e melhoria da vida e não fins como infelizmente acontece.

NOTAS HISTÓRICAS SOBRE ECONOMIA SOLIDÁRIA E DA NO' SOCIOLOGIA ECONÔMICA

a) Economia Solidária

A economia solidária, não tem uma única origem histórica, assim com uma data precisa. Mas podemos precisar um momento histórico em que há certo consenso tanto no que diz respeito ao período, como aos principais fundadores da mesma.

Conforme Singer (2002, 24), a economia solidária surge logo após a consolidação do capitalismo industrial¹ na Europa, principalmente na Grã-Bretanha. Seu surgimento, na realidade é uma reação e contestação às perversas situações em que estavam vivendo a população, principalmente os artesãos que foram expropriados de seu trabalho pela introdução do processo de maquinofatura nas fábricas. Camponeses foram expulsos do campo e tornaram-se o proletariado moderno das fábricas nas grandes cidades, provocando um inchaço populacional em Londres, Paris e outras grandes cidades.

De acordo com Bresciani (1998), apesar de a Inglaterra passar por grande crescimento econômico nesse período, seus trabalhadores pagaram um alto custo social: desemprego em massa, falência das Corporações de Ofício e manufaturas, proletarização dos camponeses e artesãos, inchaço populacional, péssimas

¹ A revolução Industrial ocorreu nos fins do século XVIII, predominantemente na Inglaterra e por muitos anos ficou restrita a esse país. Posteriormente expandiu-se para a Europa. Ela se consolidou somente no século XIX. (cf. AQUINO et. al.: 1988).

condições sanitárias e de moradia, fazendo aparecer várias doenças provocando a morte precoce de milhares de pessoas. Também, as condições de trabalho eram precárias, insalubres, sendo que, além disso, havia uma jornada de trabalho de até 16 horas. O trabalho infantil e das mulheres se generalizou, em virtude principalmente do preço da mão-de-obra e de serem uma força de trabalho considerada dócil e obediente. Essas questões sociais colocavam a própria reprodução da população dos trabalhadores em risco de nem sobreviverem mais.

Devido a esses problemas engendrados pelo capitalismo industrial no século XIX, surgiram inúmeros atos e movimentos sociais de contestação da atual situação. Movimento esses que eram na sua maioria formados por trabalhadores desempregados, alguns industriais, indigentes, mendigos, e também em sua minoria por intelectuais e pensadores da época, entre outros.

Uma das primeiras manifestações de ideais sociais e políticos que contribuíram para o aparecimento da economia solidária deveram-se, sobretudo, ao chamado Socialismo Utópico, representado por: Saint-Simon (1760-1825), Charles Fourier (1772-1837), Pierre Joseph Proudhon (1809-1865), Louis Blanc (1811-1882) e Robert Owen (1771-1858).

O industrial britânico Robert Owen é considerado pela maioria dos estudiosos em Economia Solidária com um dos fundadores desse movimento, não só do ponto vista teórico, como também do prático. Owen era dono de um complexo têxtil em New Lanark, e sensibilizado com as atuais situações dos trabalhadores decidiu criar condições mais humanas para seus trabalhadores, diminuindo a jornada de trabalho, proibir o trabalho de crianças em sua fábrica, sendo que ele chegou até construiu escolas para as mesmas. A primeira cooperativa de Owen foi criada por George Mudie (1820 e 1821), que reuniu um grupo de jornalistas e gráficos de Londres. Outro projeto inspirado nas idéias de Owen foi a Comunidade de Orbiston, fundada por Abram Combe em 1826. Por algum tempo a comunidade progrediu e fez experimentos em educação em sistemas de repartição da renda baseada em pagamento igual por hora de trabalho de qualquer pessoa. Com a morte de Combe seu irmão despejou a Comunidade para pagar dívidas. (SINGER: 2002, p. 24-28, *passim*).

Apesar dos fracassos, a semente de Owen frutificou e o owenismo foi assumido pelo crescente movimento sindical e cooperativo dos trabalhadores. Owen foi um homem de ideais, mas

principalmente de ação, pois a maioria de suas idéias eram postas em prática. Assim, hoje ele é considerado por muitos como o “pai do cooperativismo moderno”. (SINGER, 2002).

Outro grande pensador que contribuiu para a economia solidária foi Charles Fourier com seu projeto de Falanstério², porém como ele não era homem de ação e nem desejava que os trabalhadores implantassem seu projeto, ao invés disso desejava que os empresários se sensibilizassem com a situação dos trabalhadores, seu projeto fracassou. Além disso, o projeto de Fourier não era coletivista (como as aldeias cooperativas de Owen) e também preservava a propriedade privada dos meios de produção. As idéias de Fourier inspiraram mais as organizações associativas, enquanto as de Owen, as cooperativas.

Assim, tanto na Inglaterra quanto nos Estados Unidos várias comunidades ou aldeias cooperativas foram criadas no século XIX, mas, a maioria delas, não conseguiu manter-se por mais de alguns anos, as numerosas experiências de cooperativas operárias lideradas pelo movimento sindical inglês, após vários êxitos e avanços democráticos, foram extintas pela feroz reação da classe patronal e pela declarada hostilidade do governo. A mais famosa cooperativa de consumo, a cooperativa dos Pioneiros de Rochedale³, estabeleceu uma carta de princípios que até hoje inspira o cooperativismo e sua legislação a nível mundial.

Portanto, os empreendimentos de economia social surgem, principalmente, sob o impulso de uma dinâmica sócio-econômica fruto de uma grande crise econômica. As palavras de Razeto (1997, p. 94), sintetizam nosso pensamento, vejamos:

Do lugar mais fundo da miséria e da marginalidade, há o começo de um processo surpreendente: o lento descobrimento do homem e da mulher que existe em cada um, mesmo empobrecido e excluído da sociedade, e com ele, a valorização das forças e das próprias capacidades para ser e para fazer, de trabalhar e de empreender.

² Uma espécie de comunidade razoavelmente grande com o objetivo de oferecer a cada um ampla escolha entre trabalhos diversos. (SINGER, op. cit., 36).

³ Fundada em 1844, considerada a primeira cooperativa moderna.

b) Nova Sociologia Econômica (NSE)

Um novo movimento teórico surge no campo da Sociologia, na década de 80. É a NSE que, principalmente, surge como reação ao imperialismo disciplinar da Economia, que tinha certa hegemonia na esfera política (políticas neoliberais conduzidas pelo governo de Reagan nos EUA e de Thatcher na Inglaterra, servindo de inspiração político-ideológica para vários países, inclusive o Brasil) e também no campo acadêmico, através da Escola Neoclássica de Economia. Essa visão economicista de ver o mundo e a vida estava se estendendo para todos os campos de investigação, adentrando até na Sociologia com a Teoria dos Jogos, Individualismo Metodológico e Teoria da Escolha Racional. (cf. LOPES JR.: 2002).

Alguns estudiosos, como Mark Granovetter (1985) e Viviana Zelizer (1994) foram os principais responsáveis pelo surgimento desse novo campo. Principais, não os únicos. Esses autores a partir de uma releitura dos clássicos das Ciências Sociais, como Max Weber, George Simmel e Karl Polanyi propuseram-se a

... investigar tanto os processos específicos de institucionalização do mercado quanto os contornos assumidos (...) de dimensões tomadas como dados de realidade na análise econômica tradicional, tais como *confiança, informação e escolha*. (LOPES JÚNIOR, *op. cit.*).

Neste trabalho, daremos ênfase à contribuição de Polanyi (1980), por entendermos que suas idéias foram por muito tempo ignoradas e marginalizadas pela academia e também pelo meio político, ressalte-se ainda, devido a enorme contribuição teórica que possibilitou aos autores contemporâneos construir uma nova abordagem teórica: a NSE.

Karl Polanyi⁴ (1886-1964) foi um dos principais inspiradores dessa nova abordagem teórica de investigação, com a obra *A Grande Transformação* publicada em 1944. Polanyi foi rejeitado tanto

⁴ Intelectual judeu, nascido em Viena (Áustria). Estudou Filosofia e Direito em Budapeste e Viena. No período do Nazismo e do Fascismo, refugiou-se em Londres nos anos de 1933 a 1947. Nesta época escreve sua principal obra, *A Grande Transformação*, publicada em 1944. Em 1947 vai para os EUA, tornando-se Professor na Universidade de Columbia.

pelos marxistas, quanto pelos conservadores. Produzindo em plena guerra fria um pensamento crítico e independente do maniqueísmo ideológico então em confronto, não é de admirar que em vida sua obra tenha tido pouca repercussão, e que apenas aos poucos, na medida em que o neoliberalismo ascende, sua grandeza venha sendo reconhecida de forma mais universal.

Inicialmente sua obra é reconhecida mais no campo da Antropologia Cultural e aos poucos vai sendo apropriada pela Sociologia, Economia e outras ciências, tornando-se um clássico das Ciências Sociais. Seu conceito de *embeddedness*⁵ é fundamental na crítica a economia de mercado, tornando-se um instrumental teórico bastante útil nos processos de investigação da relação economia e sociedade.

Polanyi (1980) demonstra que até o final do século XVIII encontramos em todas as sociedades o sistema econômico imerso no sistema social. Assim, anteriormente à nossa época nenhuma economia era controlada por mercados. Embora a instituição mercados estivesse sempre presente na história humana, "seu papel era apenas incidental na vida econômica" (p. 59). "Os mercados eram apenas um aspecto acessório de uma estrutura institucional controlada e regulada, mais que nunca, pela autoridade social" (p. 80).

Ao formular a categoria de *embeddedness* (submersão, imersão) Polanyi explica a impossibilidade de separar mentalmente a economia de outras atividades sociais antes do surgimento da sociedade moderna. É o que se constata em suas palavras: "A primeira razão para a ausência de qualquer conceito de economia é a dificuldade de identificar o processo econômico debaixo de condições onde está incrustado em instituições não econômicas" (idem, *ibidem*). Para Polanyi a verdadeira crítica à sociedade de mercado não é pelo fato dela se basear na economia, mas de sua economia se fundar no auto-interesse, em ser apenas "*conforme os interesses pessoais*" (*op. cit.*, cap. 21).

A peculiaridade do sistema econômico que surgiu na Europa no século XIX foi que ele se separou institucionalmente do resto da sociedade. Segundo Polanyi, esta é a principal característica da nossa civilização, a primeira a se basear em fundamentos

⁵ Que pode ser traduzido por *imersão*, *submersão*, *incrustação*, *embebimento*.

econômicos: não há dúvida que todas as sociedades estão "limitadas pelas condições materiais da sua existência - este é um traço comum a toda a vida humana, na verdade a toda a vida" (POLANYI, 1980, p. 47). Mas, na nossa sociedade, "ao invés da economia estar embutida nas relações sociais, são as relações sociais que estão embutidas no sistema econômico" (p. 72).

Esta grande transformação (a emancipação do econômico das regras morais graças a separação radical dos aspectos, hoje, chamados "econômicos" do tecido social) ocorreu através de dolorosos processos sociais, gerando um processo de reificação da vida econômica e um processo de barbarização. A inclusão da natureza e do ser humano no mercado significou "subordinar a substância da própria sociedade às leis do mercado" (POLANYI, 1980, p. 84). A sociedade humana passa a ser apenas um acessório do sistema econômico, ou seja, uma economia de mercado só pode funcionar numa sociedade de mercado (p. 72). Isto resulta no desmoronamento da sociedade. "Separar o trabalho das outras atividades da vida e sujeitá-lo às leis do mercado foi o mesmo que aniquilar todas as formas orgânicas da existência e substituí-las por (...) uma organização atomista e individualista" (p.167).

Amartya Sen (1999) irá dizer que com o passar do tempo ocorreu uma separação da ética e da economia, sendo que atualmente a economia atua unicamente com esta concepção de "engenharia". Entretanto, segundo Sen, é impossível dissociar ética da economia.

Portanto, a economia, embora relacionada com a riqueza, está ligada, a um nível mais profundo: avaliar e promover os fins mais fundamentais. Para Sen (1999), em Aristóteles a economia está profundamente ligada à ética e a política. Desse modo, podemos perceber que economia é muito mais que mercado, resultado, eficácia entre outros termos. Para Laville (2003a, p. 15) a economia real é formada também pelo princípio do mercado, mas é também formada ainda por dois outros princípios, a saber: o princípio da redistribuição e o princípio de reciprocidade. No primeiro, um poder central (da sociedade organizada) pode retirar uma parte da produção com a finalidade de redistribuir conforme normas definidas por esse mesmo poder central. No segundo, uma parte da economia é administrada pela desigualdade entre pessoas e grupos. É importante lembrar que o princípio da reciprocidade sempre foi um componente fundamental da economia, desde as

sociedades primitivas até às modernas. Como bem nos mostrou as obras de Malinowski (*Argonautas do Pacífico Ocidental*) entre os habitantes das ilhas Trobriand e a de Mauss (*Ensaio sobre a Dádiva*) entre os índios iroqueses, onde a troca entre as pessoas era muito mais que troca mercantil, era uma troca voltada essencialmente para manter e reforçar os vínculos sociais.

Desse modo, o “progresso” foi e é feito à custa de desarticulação social. Daí o aparente paradoxo de que a pobreza parece acompanhar uma abundância nunca vista. Somente a ameaça da fome era capaz de criar um mercado de trabalho. A submissão do ser humano à necessidade (à fome) é um fenômeno moderno. É somente quando a pessoa é privada de todas suas autonomias com a desarticulação da *oikonomia* (da “economia natural”) é que sua sobrevivência se vê ameaçada, e surge a pobreza tal como a conhecemos hoje: pessoas despossuídas das mínimas condições de existência. “É justamente a ausência da ameaça de inanição individual que torna a sociedade primitiva, num certo sentido, mais humana que a economia de mercado” (POLANYI, 1980, 168).

Atualmente se impõe, paulatinamente, a visão de que a superação da pobreza reside no fortalecimento da autonomia cultural-econômica das comunidades (*empowerment*) ditas carentes e na melhoria do uso comunal dos recursos naturais, ao contrário da proposta do paradigma econômico vigente de atrelar a sobrevivência dos pobres ao crescimento da economia industrial e da geração de empregos. O autor alerta que defender o primado da sociedade sobre a economia como condição da sobrevivência da humanidade representa, apenas, o fim da sociedade de mercado, o que “não significa, de forma alguma, a ausência de mercados” (POLANYI, 1980, p. 246), e sim que o mercado deixe de ser “um órgão de auto-regulação econômica” guiado apenas pelo sistema de preços, e passe a ser controlado pela sociedade.

A partir de idéias como essa que foi inspirada a NSE (de origem predominantemente norte-americana) e que possibilitaram a Viviana Zelizer (1994) desenvolver a construção social do mercado de seguros e sobre o mercado de crianças nos EUA, demonstrando os condicionantes culturais e sociais no quais os mercados estão imersos.

Granovetter, reformula o conceito de *embeddedness* ao afirmar que o referido conceito “expressa uma ação econômica que se desenvolve dentro de uma rede de relações sociais a partir da

qual constitui-se a estrutura social". (GRANOVETTER *apud* LOPES JR.: 2002, p. 6). Granovetter sustenta que toda ação social está "inserida" numa teia de relações e redes sociais. Sua expressão "*social embeddedness*" passou a ser moeda corrente nas discussões sobre o Estado para uma gama muito grande de autores. Em análises empíricas sobre redes de empresas, mercados de trabalho e desenvolvimento integrado sustentável e local (Programas de Economia Solidária, entre eles Microcrédito), pode ser enfatizado as bases não-econômicas da organização do mercado (redes de sociabilidade, o papel da confiança entre atores etc.). Esse tipo de análise considera o impacto da cultura política e cívica sobre a esfera da economia, ou se quiser sobre o desenvolvimento e o "progresso"

Cinco anos depois, DiMaggio dirá que a ação econômica não está, apenas, submersa na estrutura social, mas também está imersa no sistema cultural. (LOPES JR.: 2002, p. 7).

Hoje, a NSE faz parte das discussões contemporâneas nos principais círculos acadêmicos e também já possui revistas e portais que tratam sobre o assunto, inclusive em sites mantidos pela American Sociological Association.

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS E CONTRIBUIÇÕES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E DA NSE

Antes de estabelecer as principais características da Economia Solidária, é mister conceitua-la com o objetivo de delimitarmos nossa análise e precisarmos o assunto.

O conceito de Economia Solidária está diretamente relacionado ao conceito de solidariedade. Dessa forma, solidariedade "... não se mescla ao paternalismo, caridade ou filantropia, mas sim, com o comprometimento do trabalho coletivo, cooperativo, comunitário, comprometimento este que perpassa por uma nova ética nas relações humanas, nova ética nas relações de trabalho, econômicas e comerciais". (CORRÊA, 2000, p. 2).

Assim, para Laville (2003b, p. 85) economia solidária

...pode ser definida como o conjunto das atividades contribuindo para a democratização da economia a partir do engajamento dos cidadãos. (...) Ela emana de ações coletivas visando instaurar regulamentos internacionais e locais, completando os regulamentos nacionais ou complementando-os quando for necessário.

Desse modo, entendemos por Economia Solidária, atividades e empreendimentos que se organizam “de dentro para fora”, “de baixo para cima”, uma economia que se expressa pelo associativismo, cooperativismo e outras formas de autogestão, mas, também, uma economia que se expressa por articulações de empreendedores individuais em eventos e feiras, circuitos de troca e negócios de reforço mútuo e ainda, outras formas de negócios que mesmo submetida à lógica capitalista excludente tem uma inserção baseada em alguma relação solidária. Dessa maneira, podemos perceber que a concepção de Economia Solidária já é uma realidade, na medida em que existem atividades operando no mundo inteiro, ao mesmo tempo uma utopia, pois ela se coloca como uma alternativa de transformação para uma sociedade mais justa e solidária.

Os empreendimentos econômicos solidários exercitados pelas cooperativas se apresentam como pertencentes à Economia Solidária, nela o conceito chave é a cooperação, pois agrega os valores de colaboração e ajuda mútua. Economia Solidária não é, em si, uma adaptação ao capitalismo, ao invés disso, ela é contrária a ele. Sendo que ela, não está sendo representada somente na produção, mas também no crédito e no consumo. Esta é sem dúvida uma forma paralela ao sistema capitalista, pois assume distintas relações de produção e distribuição de bens e serviços do que os adotados pela maior parte da sociedade.

Na distribuição, a Economia Solidária também se distingue da capitalista, indo além das relações de troca com valorização simplesmente monetarizada, como compra e venda de bens e serviços, tributações e dotações orçamentárias. Existem nesta economia relações como doações (transferência unilateral), reciprocidade (transferência bidirecional), comensalidade (transferência pluridirecional) e cooperação (transferência bidirecional múltipla).

Quanto ao consumo, percebem-se comportamentos diferentes e bastante relevantes. Como não existem fortes relações de intermediação entre produtor e consumidor, como a presença de entidades comerciais, acaba-se percebendo certa proximidade entre estes, sendo que certas vezes os produtores são os próprios consumidores de seus produtos ou serviços. Outro comportamento interessante é a preferência pelo consumo comunitário, dando-se vazão ao consumo que possa suprir as necessidades de um maior número de pessoas, do que somente o

consumo individual. O comportamento que talvez seja o que mais se difere do comportamento capitalista, que se caracteriza pelo consumismo exacerbado e pela sofisticação imposta de forma subjetiva à sociedade é o que insinua de forma qualitativa à simplicidade e quantitativa à frugalidade. Não é que se queira aqui impor a pobreza ou mesmo o sacrifício dos indivíduos. Este comportamento induz a se descobrir novas alternativas para que se mantenha, ou crie uma melhor qualidade de vida de forma simples e natural.

Lisboa (1998, p. 16) expõe de forma bastante clara a importância das experiências populares e solidárias no âmbito econômico, afirmando que:

A solidariedade é um conceito ausente dos manuais de economia. Mas, as relações comunitárias são muito fortes na “economia dos pobres”. Sem elas não é possível entender como aqueles tão pobres logrem constituir uma economia operando com baixa produtividade e recursos tão limitados – inclusive os descartados como obsoletos, ineficientes – e sem acesso ao crédito. Estes recursos se potencializam pela força da solidariedade, a qual, como um outro fator econômico, desencadeia uma sinergia comunitária. (LISBOA: 1998, p. 16)

Relacionando a NSE, podemos perceber algumas semelhanças com a Economia Solidária, vejamos.

A NSE leva em consideração conceitos tidos como subjetivos, como: confiança, escolha, valores sociais, culturais, relações de reciprocidade. A questão da informação e da confiança no processo de formação das redes sociais que o indivíduo utiliza no seu cotidiano, por exemplo, na migração em que as pessoas decidem se vão migrar ou não tendo em vista, principalmente as redes sociais (cf. MARQUES, 1999) que ela conseguiu estabelecer, bem como as redes de parentesco, que são bastante utilizadas nesse processo.

A economia e o mercado na concepção da NSE são apreendidos como partes da sociedade, daí sua análise partir sempre da sociedade e, dessa maneira, ela não trata o mercado ou a economia como o centro da sociedade ou como o ponto inicial ou final da análise.

Com relação à economia solidária, esta subverte o conceito funcionalista de economia e recoloca a economia no seio do mundo da vida, do mundo das relações humanas, desfazendo-a como

sistema colonizador e sufocador de potencialidades. O mercado deixa de ser o agente obscuro que determina as relações sociais. Recupera-se a idéia de *troca* como a essência das relações econômicas – em contraposição à idéia de mercado. A economia solidária, portanto, nega o mercado como *mão invisível* (mercado auto-regulado), e afirma relações de troca solidárias.

Na economia solidária as atividades se desenvolvem em setores populares, ou seja, junto àqueles que estão excluídos do mercado de trabalho formal. Bem como, há sempre um caráter associativo, as atividades não são individualistas, porém não chegam a agregar uma “multidão econômica” (RAZETO, 1993, p. 47).

É importante ressaltar que as questões éticas e morais são alguns dos principais fatores que movem a Economia Popular e Solidária, pois é a partir do que cada indivíduo crê, que este vai construir sua vida. Mance (1999, p. 19) ressalta que:

A colaboração solidária é, pois, uma atitude ética que orienta a nossa vida e uma posição política frente à sociedade em que estamos inseridos. Eticamente trata-se de promover o bem-viver de cada um em particular e de todos no conjunto, e politicamente de promover a transformação na sociedade com esse mesmo fim. (MANCE, 1999, p. 19).

A economia solidária como um novo paradigma emergente constrói-se pela cultura da solidariedade que envolve as seguintes características e princípios:

- Respeito à diversidade / complexidade;
- Autogestão;
- Democracia;
- Convivência solidária com a natureza e cuidado com o meio-ambiente;
- Descentralização / desconcentração do poder das riquezas, dos bens (terra, tecnologia, saber etc.);
- Cidadania / ação participativa;
- Reciprocidade;
- Relações comunitárias.

Portanto a economia solidária é entendida como fazendo parte de um amplo e novo projeto de desenvolvimento sustentável e solidário, no qual deve haver a primazia do trabalho sobre o capital, a economia deve estar a serviço do social, a tecnologia adaptada às novas exigências de não aprofundamento do desemprego e poluição da natureza e, também a deve haver a necessidade de implementação de políticas públicas efetivas no combate a pobreza e a exclusão social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os programas de Economia Solidária, hoje, estão na agenda das políticas públicas de vários países, não queremos afirmar com isso que eles devam ser transformar em mais um modismo na esfera política ou na intelectual, mais principalmente, porque é urgente se adotar esses programas, na medida em que estamos passando por um período extremamente catastrófico, permeado de desemprego estrutural, precarização do trabalho, diminuição real do poder de compra dos assalariados afetando a maioria da população do planeta, enquanto que por outro lado aumenta astronômicamente a concentração de renda e a acumulação de riquezas, por uma minoria. Com isso, problemas como fome, miséria, se acentua e generaliza-se por todo o mundo colocando em risco a própria desintegração de várias sociedades e a existência de milhares de pessoas. Assim, percebemos o quanto é importante a adoção de programas de Economia Solidária na construção de um mundo mais humano.

Com relação à NSE, em termos de importância teórica, Monastério (2002), afirma que ela foi uma das responsáveis pela disseminação do conceito do capital social para outras áreas de pesquisa. Suas críticas das visões sobre o comportamento econômico: a sub-socializada, escola neoclássica de Economia, que percebe apenas indivíduos atomizados, eliminando todas as relações sociais; e a sobre-socializada, típica de boa parte do pensamento sociológico, que trata os agentes como marionetes, que seguem estritamente o roteiro esperado para a sua classe social ou meio social (percebe-se isso, principalmente, nas análises de Durkheim com a relação Sociedade e Indivíduo). Granovetter (1985) propõe superar essa dicotomia através da adoção do conceito de "embeddedness", que perceba as ações econômicas dos agentes como inseridas numa rede de relações sociais. Ou seja, os

indivíduos escolhem, ainda que de forma relativa, dentro de uma determinada malha de conexões com outros agentes.

A contribuição da Nova Sociologia Econômica para políticas de desenvolvimentos, bem como para programas de Economia Solidária pode ser vista como um aporte teórico enriquecedor, consistente e coerente, na medida em que uma série de pesquisas empírica acabou por inspirar a idéia de conceitos, como: *embeddedness*, capital social, redes sociais, confiança entre outros.

Ao se adotar como referencial teórico de análise a NSE e como referencial político e social a concepção de Economia Solidária, estaremos alargando não só nossa visão disciplinar e fragmentária no processo de investigação científica através da NSE, assim como adotando outros referenciais éticos e morais no que se refere à Economia Solidária. Tanto a NSE pode orientar e pesquisar programas de Economia Solidária com objetivo de aperfeiçoar seu aporte teórico, quanto esses programas ao serem planejados, implantados e avaliados podem se orientar pelo instrumental teórico da NSE, com vista a serem mais eficazes e eficientes na resolução dos problemas sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, Rubim S. Leão de. et. al. 24. ed. **História das Sociedades:** das sociedades modernas às sociedades atuais. Rio de Janeiro: Ed. Ao Livro Técnico. 1988.

BRESCIANI. M^a Stela Martins. **Londres e Paris no século XIX:** o espetáculo da pobreza. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998. (Col. Tudo é História, 52).

CORRÊA, Luís Oscar Ramos. **Economia Popular, Solidária e Autogestão:** o papel da educação de adultos neste novo cenário. Disponível [Online] em www.ecosol.org.br, 2000.

GAIGER, L. A solidariedade como alternativa econômica para os pobres. **Contexto e Educação**, n. 50, p. 47-71, 1998.

GAIGER, L. et al. A economia solidária no RS: viabilidade e perspectivas. **Cadernos CEDOPE** -- Série Movimentos Sociais e Cultura, n. 15, 1999.

GRANOVETTER, Mark. Economic action and Social structure: the problem of embeddedness. *American Journal of Sociology*, n. 90, 1985.

LAVILLE, Jean-Louis. Globalização e Solidariedade. In.: **Economia Solidária: desafios para um novo tempo.** Cadernos da Fundação Luís Eduardo Magalhães, nº 5. Salvador: FLEM, 2003a. 132p. p. 13-18.

_____. Práticas da Economia Solidária. In.: **Economia Solidária: desafios para um novo tempo.** Cadernos da Fundação Luís Eduardo Magalhães, nº 5. Salvador: FLEM, 2003b. 132p. p. 83-88.

LISBOA, Armando M. **A Economia Popular no contexto da grande transformação**. Florianópolis: UFSC, 1998.

LOPES Jr., Edmilson. **As potencialidades analíticas da Nova Sociologia Econômica**. Natal: UFRN, 2002. (mimeo).

MANCE, Euclides A. A colaboração solidária como uma alternativa à globalização capitalista. **Revista Missoneira**, n. 16, p.55-91, 1999.

MARQUES, Eduardo. Redes Sociais e Instituições na construção do Estado e da permeabilidade. In. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol 14, nº 41, 1999.

MONASTÉRIO, Leonardo M. **Capital Social e Economia: antecedentes e perspectivas**. Disponível [Online] em www.economia.ufpr.br/portal/Economia_Politica, 2002.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1980.

RAZETO, L. O papel central do trabalho e a economia de solidariedade. **Revista Proposta**, n. 75, p. 91-99, 1997.

RAZETO, Luis. Economia de solidariedade e organização popular. In GADOTTI, Moacir, GUTIÉRREZ, Francisco. **Educação comunitária e economia popular**. São Paulo: Cortez, 1993.

SEN Amartya K. **Sobre Ética e Economia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 143p.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

YUNUS, Muhammad. **O banqueiro dos pobres**. Trad. Maria Cristina Cupertino. São Paulo: Ática, 2000.

ZELIZER, Viviana. **Pricing the Priceless Child: The Changing Social Value of Children**. Princeton: Princeton University Press, 1994.